



OPINIÃO

O momento da verdade

**DOMINGUES DE AZEVEDO**

Bastonário da Ordem
dos Técnicos Oficiais de Contas

Tomou ontem posse o XIX Governo Constitucional.

É o mais reduzido executivo do regime democrático e também o que terá de enfrentar os maiores problemas e aplicar medidas duras, provavelmente com uma dimensão nunca vista nas mais de três décadas que levamos após a revolução de Abril.

As 24 horas do dia serão, certamente, escassas para ultrapassar as múltiplas questões que se encontram por resolver. As negociações internas e externas, onde serão feitos pontos de situação nas diversas pastas, serão intensas.

Independentemente das boas intenções e do empenho, de uma realidade não se pode escapar: As linhas básicas de orientação da política nacional serão baseadas na cartilha que a 'troika' nos impôs, no seguimento do resgate solicitado pelo Estado português. Se por um lado muitos dos ajustamentos exigidos pelo BCE, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional, são francamente severos e impiedosos para um país com cada vez mais desempregados e em recessão, outras exigências pecam apenas por tardias. O que não fizemos a bem, vamos acabar por fazer à força.

Um dos objectivos constantes no memorando da 'troika' passa pela resolução dos processos tributários pendentes no montante superior a um milhão de euros.

Os responsáveis reconhecem que só em Lisboa e Porto se acumula um número superior a 1300 processos a aguardar resolução. Se lhes fosse dado andamento célere e conveniente os cofres do Estado encaixariam mais de 7 mil milhões de euros, uma verba que daria, certamente, muito jeito em tempo de grande aperto.

O desinvestimento em recursos humanos, nomeadamente no recrutamento de juizes, é uma das causas que pode explicar o actual caos tributário. Mas não justifica tudo. Falta especialização de magistrados, falta uma administração fiscal mais sensata e mais dialógica, menos automatizada na sua interacção com os contribuintes.

É consensual admitir que a máquina fiscal deu um grande pulo em termos de eficiência e que os contribuintes estão bastante mais conscientes dos seus direitos, mas se a execução dessa mesma justiça pecar por tardia ou não se verificar, passa a ser injustiça, manchando a credibilidade do sistema.

Muito foi feito, mas há ainda um longo caminho a percorrer, com inegáveis ganhos para sujeitos tributários e o Estado. Não é admissível que um meu cliente, ao qual o fisco exigia, à época, 45 mil contos, tenha visto o seu processo arrastar-se pelos mais diversos patamares judiciais, desde a primeira instância, tribunais tributários e Supremo Tribunal, durante...15 (quinze!) anos.

Ninguém confia num país assim. Mais do que a imagem de uma nação seguro e confiante, Portugal tem de dar provas que conseguirá mudar o paradigma de imobilismo que se apoderou de muitas das suas áreas-chave de actividade.

A criação de secções específicas e equipas especializadas de juizes para desbloquear o sistema é um passo no sentido de expurgar dos tribunais os casos mais avultados. Uma medida mais sensata do que a alternativa mais fácil a seguir, criar novos tribunais e novas burocracias.

Façamos votos para que esta reforma forçada que a troika nos vai obrigar a implementar seja o mote para outras. Nomeadamente um combate mais assertivo e constante à fraude e evasão fiscais, visando, especialmente, os grandes prevaricadores.

Em nome da honra dos nossos compromissos e do objectivo de alcançar o supremo desígnio da verdade tributária este deve ser um objectivo prioritário a cumprir. O momento é, nunca melhor dito, da verdade. Também aqui o governo, o mesmo é dizer, o país, não pode falhar. ■

O desinvestimento em recursos humanos, nomeadamente no recrutamento de juizes, é uma das causas que pode explicar o actual caos tributário.